

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 24 de outubro de 2023.


Ao
Sr. Herbert Correa Barros
Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ref. Pregão Eletronico nº 044/2023

A empresa RCA MATERIAIS MEDICOS - EPP, inscrita no CNJ/MF sob nº 20.740.209/0001-07, com sede na Praça Da Biblia, Nº3336 Loja 1 - Zona 01– Umuarama/PR, solicitou a Impugnação do Edital de Pregão Eletronico nº 044/2023, cujo o objeto é a “**aquisição de Gêneros Alimentícios (Fórmulas Infantis em pó para lactantes e Fórmulas para alimentação enteral), destinados à atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR**”.

Considerando a necessidade em dar continuidade ao processo licitatório acima citado, solicito que se posicione mediante a emissão de seu **Parecer Juridico**.

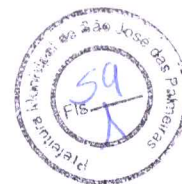
Segue cópia do pedido da empresa acima mencionada..


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico n.º: 044/2023

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Fórmulas Infantis em pó para lactantes e Fórmulas para alimentação enteral), destinados à atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR

Data: 25 de outubro de 2023.

Impugnante: RCA MATERIAIS MÉDICOS - EPP

A) Relatório:

Foi encaminhado a esta Procuradoria Jurídica pedido de impugnação formulado pela empresa RCA MATERIAIS MÉDICOS – EPP, a qual diz que a administração pública deve formatar o procedimento licitatório de forma a trazer tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas, considerando a alteração trazida pela Lei nº 14.133, de 2021 (nova lei de licitações).

Pois bem. Relatados os argumentos da impugnação, passo a me manifestar.

B) Fundamentação:

CONSIDERANDO a Medida Provisória 1.167 de 31 de março de 2023, a qual altera a dispositivos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;

CONSIDERANDO que a nova redação trazida ao artigo 193 da Lei 14.133/2021, em seu inciso II, através da Medida Provisória 1.167 de 31 de março de 2023, as leis a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, revogam-se em 30 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, da Lei 14.133/2021 a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a Lei 14.133/2021 ou de acordo com as leis citadas no referido inciso.

CONSIDERANDO que o Município de São José das Palmeiras, até 30 de dezembro de 2023, tem a opção de licitar ou contratar de acordo com a disciplina constante da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e da Lei nº 8.666, de 1993, ou pelas normas definidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O presente caderno licitatório utiliza da Lei nº 8.666, de 1993 como ato normativo maior, assim, a preferência indicada pelo impugnante não tem aplicabilidade ao presente caso.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

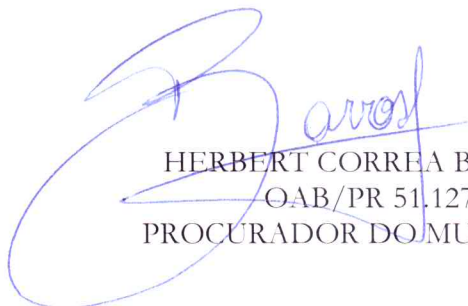


C) Conclusão:

Por todo o exposto, esta procuradoria posiciona-se pelo indeferimento do feito.

Este é o parecer.

Em, 25 de outubro de 2023.


HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO